



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**EMENDA AGLUTINATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 6025, DE 2005,  
e apensados.  
(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o art. 666 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor acerca da penhora sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas.

**EMENDA AGLUTINATIVA DE PLENÁRIO nº**

Nº 5

Aglutine-se a Emenda 23/11, do Deputado Laércio Oliveira, oferecida ao Projeto de Lei nº 8.046/10, com o texto do inciso V, do art. 800, do Substitutivo, adotado pela Comissão Especial, ao Projeto de Lei nº 6.025/2005:

“Art. 800 .....

.....

V - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese, caução ou outros direitos reais de garantia, bem como os seguros de vida com cobertura de morte;

.....” (NR)

\*91A18A0224\*

*[Assinaturas]*



## JUSTIFICAÇÃO

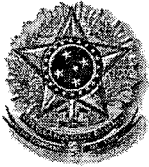
O texto do inciso V do art. 800 do substitutivo da Comissão Especial reclama aperfeiçoamento através de uma nova redação, para acrescentar, na referência aos seguros de vida, a cobertura de morte, com o objetivo de deixar claro que apenas os seguros de vida com cobertura de morte serão considerados títulos executivos extrajudiciais.

Inicialmente, cumpre esclarecer que existem três modalidades de seguro de vida: o seguro de vida para o caso de morte (natural ou acidental), o seguro de vida para o caso de sobrevivência e o seguro misto, que contempla tanto o caso de morte quanto o de sobrevivência.

Acrescente-se a isso que a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado segurador, que possui, dentre outras atribuições, a de expedir normas regulamentares ao mercado, autoriza, sob a denominação de seguro de vida, a comercialização de produtos que, além da garantia de seguro de vida para o caso de morte, pode conter garantia específica para morte acidental (denominada indenização especial por acidente) e para invalidez por acidente (denominada invalidez permanente por acidente). Nestas hipóteses, embora os seguros de vida e de acidentes pessoais (que não são títulos

\*91A18A0224\*

*[Assinaturas]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

executivos extrajudiciais) sejam comercializados em conjunto, serão sempre dois seguros.

Quanto à força executiva dos títulos executivos, dispõe o art. 586 do Código de Processo Civil que “A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.” O título executivo, portanto, precisa ter liquidez, certeza e exigibilidade.

Há certeza quando não há controvérsia quanto à existência da obrigação.

A liquidez, por sua vez, pressupõe que a prestação exigida seja determinada quanto ao valor e ao respectivo objeto, em outras palavras, a liquidez define o que é devido e a sua quantidade.

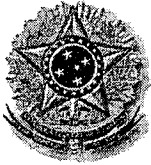
A exigibilidade diz respeito ao fato de a obrigação estar vencida e, conseqüentemente, poder ser cobrada pelo credor.

Considerando que os seguros de vida podem apresentar cobertura para os casos de morte natural ou acidental e de invalidez permanente por acidente, e, ainda, que o grau de invalidez precisa ser comprovado por perícia médica, pode-se concluir que a invalidez é cobertura que não possui liquidez, nem certeza, ambos requisitos indispensáveis à força executiva dos títulos executivos.

Ausente é a liquidez do título executivo nos casos de cobertura por invalidez permanente, pois o valor a ser pago ao segurado dependerá do grau de redução da capacidade física decorrente do acidente, aferível somente através de perícia médica.

Pelos motivos acima expostos, é importante especificar no inciso V do art. 800 do Substitutivo da Comissão Especial que apenas os seguros de vida com cobertura de morte serão considerados títulos

\*91A18A0224\*

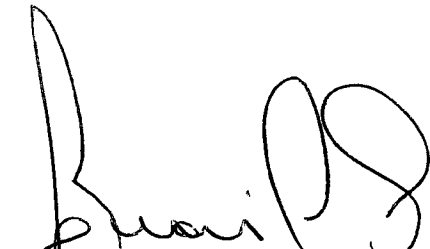



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

executivos extrajudiciais, por gozarem dos requisitos da certeza, da liquidez e da exigibilidade.

Assim, faz-se necessária a aprovação da Emenda Aglutinativa para o aperfeiçoamento do texto do inciso V do art. 800 do Substitutivo da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 6025, de 2005.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2013.

  
Deputado Jovair Arantes  
Líder do PTB 17

  
ASD 11

\*91A18A0224\*